

O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA ESCOLA MONSENHOR WALFREDO GURGEL – CAICÓ/RN

Jailson Valentim dos Santos¹

Fabíola Maria Dantas²

Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEEC/RN. E-mail: valentim8@yahoo.com.br

Resumo: O artigo discute o papel da escola e sua relação com as questões emergentes da sociedade, considerando o Projeto de Proteção e Valorização da Mulher, dentro de uma proposta de enfrentamento da violência sofrida por elas no contexto nacional. O Projeto foi motivado pela iniciativa do Governo do Rio Grande do Norte, que sugeriu às escolas da rede estadual de ensino uma discussão sobre a temática em sala de aula. As ações foram realizadas pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Walfredo Gurgel, de Caicó-RN, durante os meses de abril, maio e junho de 2017 e abordou questões referentes à mulher e ao seu lugar nesta sociedade, segregadora e excludente. Com metodologia aberta de trabalho, a temática contou com a contribuição de autores das áreas da Educação e da Arte, tendo como referência os direitos humanos por meio do debate sobre a Lei Maria da Penha. Os resultados do trabalho apontam para a importância das instituições escolares desenvolverem mais propostas dessa natureza, pois houve um grande engajamento de educadores e uma significativa adesão dos educandos e da comunidade escolar com a pauta em questão, porque entenderam ser esta de grande relevância social.

Palavras-chave: Proteção e valorização da mulher, escola pública, direitos humanos, emergência.

¹ Professor/artista/pesquisador vinculado à rede pública de ensino do Rio Grande do Norte. Possui formação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel e mestrado em Artes Visuais pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais das Universidades Federal da Paraíba e Pernambuco – UFPB-UFPE, na linha de pesquisa Ensino de Artes Visuais no Brasil.

² Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação, pobreza e desigualdade social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Especialista em Psicopedagogia pela FIP - Faculdades Integradas de Patos, pesquisadora na linha de Formação Docente e Educação de Jovens e Adultos, Chefe da pasta EJA do Município de Caicó-RN e Suporte Pedagógico vinculada ao Governo Estadual do Rio Grande do Norte.

Notas introdutórias

Indígenas, camponeses, negros, mulheres e LGBTs, entre outras minorias, sofrem ataques diários no que tange à liberdade de expressão e aos direitos sociais básicos, o que suscita em nós, educadores, a emergência de abrir o debate com a comunidade escolar. A instituição de ensino não pode ficar alheia à situação restritiva que se apresenta e deve problematizar questões desta natureza junto a seus educandos, com o intuito de dar visibilidade ao assunto e estimular a criação de uma consciência global, coletiva, holística sobre a questão humana no âmbito local.

A falta de emprego aliada à concentração de renda é um grave problema social que todos devemos enfrentar, pois precariza as condições de trabalho e agrava o problema da fome e da miséria social. Essas circunstâncias refletem diretamente em outras questões preocupantes, como é o caso da violência, das drogas e da sensação de insegurança que sofre a população do campo e da cidade, atualmente, no Brasil.

No caso da violência, destacamos aquela sofrida pelas mulheres do nosso país, com lentes de aumento para a problemática no estado do Rio Grande do Norte e na região do Seridó potiguar. Considerando a importância social dessa pauta, a Escola Estadual Monsenhor Walfredo Gurgel – Caicó-RN, resolveu se articular para poder lutar e resistir à perversidade da ideologia fálica, machista, preconceituosa, que reduz a mulher a um papel secundário na sociedade e pune, muitas vezes com a própria vida da vítima, aquelas que tentam resistir às agressões e as violações de seus direitos. Para tanto, a implantação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) foi importante para pensarmos em como criar mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher na nossa localidade.

Compreendemos a importância da Educação no contexto social e buscamos exercê-la como uma atitude política, como uma maneira de contrariar a realidade social instituída que admite a agressão, a violência, a submissão da mulher como algo certo, normal, aceitável. Não é! Acreditamos que é pela Educação que vamos aumentar os níveis de escolaridade no Brasil, melhorando a formação humana e sensível e, assim, contribuir para que nossas crianças e jovens alcancem o tão sonhado sucesso escolar, o que significa, na prática, que este jovem conquistou sua autonomia para buscar, processar e organizar os saberes, aliando tudo isso a um espírito crítico que prima pela cooperação e solidariedade.

Nessa perspectiva, é papel da escola abrir possibilidades, oportunizar o debate e estimular todos que fazem a instituição a se desafiarem, assumindo uma postura de protagonista das lutas que envolvem o respeito às diferenças e o combate às injustiças sociais,

além de uma vigilância permanente quanto às forças hegemônicas que ditam as regras de poder, de maneira perversa.

Estas foram às prerrogativas para afinarmos a nossa compreensão em torno de uma proposta de trabalho comum, que contemplasse em suas ações a Proteção e a Valorização da Mulher, em um claro gesto de enfrentamento da violência sofrida por ela. Esta também é uma preocupação do Governo do Rio Grande do Norte, pois esse sugeriu que as escolas da rede estadual de ensino discutissem o tema em sala de aula. Na Escola Estadual Monsenhor Walfredo Gurgel as ações do Projeto foram realizadas durante os meses de abril, maio e junho de 2017 e abordaram questões referentes “a mulher e o seu lugar na sociedade – segregadora e excludente”. Com metodologia aberta de trabalho, a temática contou com a contribuição de autores das áreas da Educação e da Arte, com foco nos direitos humanos por meio do debate sobre a Lei Maria da Penha.

Nesse contexto, a Arte e a Cultura foram nossas aliadas e as acessamos como um direito, visto que são fenômenos que se apresentam à vida humana de maneira multidimensional. Esses campos do conhecimento exerceram papéis fundamentais durante todo o período de desenvolvimento das atividades do Projeto, no entanto, foi na sua culminância que seus saberes tiveram maior relevância. Isso porque revelaram o talento e a capacidade dos educandos de se expressarem, bem como a importância desses saberes na formação sensível e cidadã dos educandos. O contato com a arte é fundamental para o desenvolvimento saudável de qualquer ser humano, defendem estudiosos como Ana Mae Barbosa (2009), Rosa Iavelberg (2003), João-Francisco Duarte Junior (2001), para citar alguns.

Refletiremos sobre o papel da escola, cuja prática educacional se volta aos valores morais, a princípios éticos, a inclusão social e ao respeito às diferenças, dialogando com estudiosos como Paulo Freire (2014;1996), Edgar Morin (2004), Antônio Nóvoa (1999),), José Antônio da Costa (1999), entre outros. Também problematizamos o papel da mulher e sua importância no cenário social vigente, enquanto denunciávamos a violência sofrida por elas no Brasil e no Rio Grande do Norte. Antes de tecermos as nossas conclusões, abordaremos ainda as ações do Projeto de Proteção e Valorização da Mulher no contexto local específico.

O papel da escola

Na chamada pós-modernidade o que se vê como marca do tempo permeia conceitos como o da aceleração, da saturação, do consumo e do descarte. É certo afirmar que se trata de

um tempo marcado por grandes mudanças em diversas áreas do saber. O estudioso português José Antônio da Costa elenca transformações nas ciências, nas tecnologias, nas áreas da economia e política, mas, principalmente, ele chama atenção para as mudanças sociais, por serem mais significativas. Neste contexto, “todos sentimos que estamos numa sociedade em constante mudança e que esta se faz a um ritmo vertiginoso”. (COSTA, 1999, p. 1). Costa salienta que a sociedade atual deixa para trás modos mais fechados e estáticos de atuar para assumir características como a instabilidade, as mudanças excepcionalmente rápidas no que tange aos conhecimentos, às técnicas ou ainda às atitudes humanas. “O saber hoje é aberto, instável, reorganizável, recombinaível. Recombinam-se duas culturas: a humanista e a científico-tecnológica. Sem se ter uma cultura científica e técnica fica-se hoje analfabeto, defasado, incapaz de acompanhar o evoluir da sociedade”. (*idem*, p. 2). Outra característica apontada pelo pesquisador português diz respeito à tensão entre conhecimento especializado e uma cultura geral básica. Para o estudioso “a resolução dessa tensão tem de passar por uma gestão adequada da informação. A sociedade do futuro já presente começa a definir-se como a sociedade da informação. É essencial desenvolver nos jovens a capacidade de aceder, organizar e usar essa informação”. (*idem*). Depois desse apontamento, José Antônio da Costa acredita que “o sentido total das implicações dos desenvolvimentos científicos e técnicos na vivência humana, exige-se uma dimensão cultural que a cultura humanística possibilita. A cultura é hoje, como outrora, um fenômeno profundamente multicultural.” (*ibidem*).

Para refletir sobre a escola e uma possível cultura humanística recorreremos ao mestre pernambucano Paulo Freire. Por meio da escola o educando entra em contato com os saberes sistematizados, com os conteúdos referentes ao conhecimento produzido e acumulado pela humanidade. Proporcionar a ascensão dialógica, ou seja, uma educação que favorece o diálogo entre todos, contribui para que o educando atinja um estado de crítica, saindo do senso comum para alcançar uma consciência filosófica. Se a programação educativa é dialógica, ressalta Freire, isso significa que tanto educadores, quanto educandos têm o direito de também participar dela, incluindo temas não sugeridos. (FREIRE, 2014, p. 161).

No bojo de uma cultura humanística, encontra-se a pedagogia progressista. Esta se aproxima das tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Para a pedagogia progressista, a educação é um agente transformador da sociedade e não um mero reproduzidor. Por meio dela, o sujeito pode ampliar a consciência de si mesmo e, assim, melhorar sua atuação junto à coletividade. Paulo Freire tinha uma inclinação às tendências progressistas. Para ele, o

importante na educação progressista libertadora, é que os homens se “sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros”. (FREIRE, 2014, p. 166).

A pedagogia libertadora, difundida por Freire, aponta para uma educação que prima pelo diálogo, ou seja, onde o indivíduo tem a oportunidade de se expressar, colocando seu ponto de vista. Nesse diálogo grupal ele vai amadurecendo, deixando para trás uma visão unilateral, estreita, reducionista, para conquistar uma melhor consciência de si e do mundo, pois expande sua capacidade de articulação política e de depuramento estético. Um ser político é aquele capaz de conviver com o outro democraticamente, de respeitar o diferente, outras subjetividades.

Como pensar a escola sem pensar nos educandos? É possível refletir sobre o papel da escola de maneira descolada das reflexões sobre os educadores em estreito vínculo com os educandos? Como deve ser o espaço escolar propício à interação e a aprendizagem? Estas questões podem está atreladas a tantas outras que perpassam a problemática da escola com seus espaços de aprendizagem.

Podemos pensar, em primeira instância, a escola como uma instituição pública ou privada que é responsável pela escolarização de crianças, jovens e adultos, ou seja, é o estabelecimento que promove, de maneira coletiva, o ensino e a aprendizagem dos educandos. São muitas as atribuições da instituição escolar. Dentre essas, a responsabilidade de escolarizar dentro de preceitos que primam pelos valores humanos, fundada numa ordem democrática que incluem os compartilhamentos de saberes e as trocas de experiências, garantindo que todos tenham oportunidade de se expressar, ao mesmo tempo em que desenvolvem um senso crítico e o espírito de solidariedade.

Recai sobre a escola a responsabilidade de redefinir o seu papel social e seus modos de atuação. Podemos dizer que a escola tem uma função social e esta função está ligada à construção de conhecimentos e à visão de mundo (totalidade simbólica), que interfere na vida das pessoas, pois seus educandos podem ir se tornando pessoas mais críticas, conscientes de si mesmas e do seu papel no contexto mais amplo. Isso tudo vai modelando a sociedade, um projeto de sociedade, dentro de preceitos que primam pelo exercício da cidadania.

A escola como espaço de formação e de aprendizagem dos educandos deve negar a concepção de que educação é privilégio restrito da “nobreza”, ou seja, dos pequenos grupos que formam uma minoria composta por uma elite econômica e social. A escola nesta contemporaneidade deve ser aberta e todos têm o direito de acessar os saberes sistematizados,

não restringindo estes apenas aos “nobres” e a seus filhos. A escola envolve várias dimensões de princípios e valores para se constituir enquanto tal. O estudioso Paulo Freire entendia de solidariedade e assegurou que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FRERE, 2014, p. 71).

É por meio do diálogo crítico e da organização coletiva que o homem oprimido pode conseguir sua libertação. Nessa perspectiva, a escola pode ser vista como um lugar de práxis, de reflexão e ação, como um lugar de construção de conhecimento, de consciência e de luta em defesa de direitos, tanto de educadores quanto de educandos. O estudioso pernambucano acreditava em uma educação que aproximava ética e estética, como vemos em seus próprios termos: “A Educação enquanto formação humana é um esforço indiscutivelmente ético e estético. A Educação enquanto busca de boniteza necessariamente busca a decência do ser”. (VENTURI, 2006).

Avançamos de mãos dadas com a *decência* e a *boniteza*, em prol de construções sociais fundadas na justiça, na liberdade e na autonomia dos sujeitos. Compreendemos que *decência* está ligada a uma dimensão fundante das competências da escola e dos educadores. Falamos de uma ética, de algo que contribui com a construção da cidadania, da justiça, da cooperação e da solidariedade. Ética que aprendemos no cotidiano escolar, com cada gesto, cada atitude tomada, com um comportamento que possa ser entendido como uma postura exemplar, como pensava Freire. Por sua vez, a *boniteza* está no encantamento de poder conhecer o outro, com sensibilidade e afeto, acreditando em suas capacidades de sonhar e de alçar voos cada vez mais altos, na segurança de se encontrar com os pés firmes ao chão.

Como produtora de conhecimento, a escola deve estimular a reflexão dentro de suas estruturas, contando com relatos críticos dos seus funcionários e equipe gestora, além dos educadores e dos educandos. Relatos que são transpassados pela trajetória pessoal de cada um, pela subjetividade, pela experiência individual e coletiva que é constantemente vivenciada dentro de um jogo de tensões que implica a vida em sociedade. Seja na comunidade, no seio familiar ou entre os próprios muros da instituição escolar, o fato é que precisamos de uma educação que ofereça ao educando consciência política, para que ele possa ficar atento às demandas da sociedade e se posicionar, quando necessário.

A construção do conhecimento é fruto dessas relações e das aproximações que são estabelecidas no âmbito sociocultural, que circunda a escola. Desta maneira, existe a interação entre escola e comunidade, uma retroalimentando a outra, pois à medida que os saberes da comunidade chegam até a primeira, os conhecimentos produzidos por ela afetam diretamente

a segunda, em um processo constante.

Um dos objetivos da escola é o ensino e este, ao ser praticado visando à transformação, pode desacomodar, provocar, instigar o conflito e o debate entre os envolvidos a fim de encontrar saídas para melhor avançar. O pesquisador francês Edgar Morin (2004) acredita em uma reforma do pensamento que considere o contexto. E como se trata de uma mudança de paradigma, é inevitável a sensação de incerteza. Incerteza que exige a substituição de uma cabeça bem cheia por uma cabeça bem-feita. Ou seja, a escola precisa rever suas concepções de ensino, se quisermos almejar uma sociedade mais fraterna e cidadã.

Um dos papéis da escola também é garantir e promover a formação continuada dos educadores que compõem o seu corpo docente. Além disso, é necessária a criação de mecanismos que favoreçam as trocas de experiências e os compartilhamentos de ideias, aproximando os educadores e fortalecendo os seus laços de amizade e companheirismo, em prol de uma educação emancipadora. É abrindo espaço de fala para o educador que descobre suas angústias e seus modos de atuar em sala de aula. Conhecer bem como cada educador realiza suas atividades docentes é fundamental para que estas atividades sejam potencializadas e melhor qualificadas, sendo alinhadas as propostas e aos objetivos da escola.

O pesquisador português Antônio Nóvoa assegura que “os professores estão presentes em todos os discursos sobre a educação. Por uma ou por outra razão, fala-se sempre deles. Mas muitas vezes está reservado a eles o *lugar do morto*”. (NÓVOA, 1999, p. 10). Acreditamos que o educador contemporâneo não aceita mais este “lugar do morto”, pois ele descobriu o seu protagonismo nos processos que envolvem uma sólida formação humana e sabe que tem direito de ser um bom educador, atualizado, pois é ciente do importante papel que exerce na sociedade e da importância de uma formação inicial e continuada. Além do mais, pela sua relevância social, precisa ser bem valorizado pelo Estado, pela escola e por toda a comunidade.

Espaços de debate sobre diversos temas polêmicos que circundam a sociedade são abertos pela escola com vistas a problematizar o cotidiano e as questões pertinentes à vida em comunidade. Cotidiano este cada vez mais acelerado e baseado no lucro, seguindo uma lógica de mercado. Que desconsidera, muitas vezes, a noção de coletivo para valorizar ações individuais, meritocráticas, excludentes. Cotidiano desgastado pelo consumo desenfreado, em que as pessoas não conseguem distinguir mais a ideia de desejo da noção de necessidade. Neste cotidiano dominado pela mídia é que a escola procura exercer o seu papel de formadora, buscando ensinar, aos seus educandos, sólidos valores sociais e humanos,

importantes ao pleno exercício da cidadania.

A ideia de sucesso atrelada à formação de lideranças, o compromisso social, as altas expectativas para todos os educandos, a boa equipe pedagógica pronta a desenvolver bons projetos socioculturais são todas questões bem vistas pela escola deste século XXI. Por isso, tentaremos associar essas questões teóricas às práticas.

Violência contra a mulher

Sabemos que a mulher tem conquistado cada dia mais espaço na sociedade. No entanto, esta não tem sido uma tarefa fácil. A história nos conta que são recentes as conquistas de direitos civis direcionados à mulher, como o voto e o exercício das mais variadas profissões, antes apenas destinadas ao universo masculino. Historicamente foi negado à mulher o direito ao seu livre arbítrio, sem rotulação e estereótipos, sendo vitimizadas moral e fisicamente até os dias atuais.

O cenário que vivemos evidencia o aumento da violência contra a mulher, o que é preocupante, visto que a cada quinze (15) segundos uma mulher é agredida no Brasil. Mesmo as mulheres sendo a maioria da população brasileira e possuindo melhores índices de escolaridade, elas são as que mais sofrem com a postura machista, preconceituosa, discriminatória e, no extremo disso, com a maneira violenta e perversa dos homens de tratá-las. Os índices nacionais apontam que treze (13) mulheres são violentadas todos os dias no país, formando um quadro inaceitável de mulheres que carregam em seus corpos marcas profundas do horror vivido, enquanto outras não possuem a mesma ‘sorte’, pois acabam sendo mortas, vítimas dessas práticas abusivas.

Infelizmente, os números estatísticos referentes ao estado do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2016) muito deveriam envergonhar a sociedade potiguar, pois revela a falência social em que vivemos. O observatório da violência letal internacional apurou que em 2015 foram assassinadas trinta e seis (36) mulheres no Estado. Houve um aumento deste número em 2016, pois passou para trinta e oito (38) vítimas. No entanto, em 2017 o número subiu para cinquenta e sete (57) assassinatos. Ressaltamos que esses dados correspondem apenas ao período de 1º de janeiro a 28 de maio de cada ano.

Nessa perspectiva, fomos impulsionados a realizar uma grande ação de mobilização que visava proteção e valorização da mulher, ao mesmo tempo expressando o nosso total repúdio a essa situação. A ideia era que, a médio e longo prazo, fosse gerada maior consciência e sensibilização em nossos educandos sobre a importância da igualdade de

direitos entre os gêneros, além de mais justiça e respeito na base que constrói todos os relacionamentos sociais e interpessoais.

O Governo Federal mantém a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com vistas a colocar a disposição das mesmas uma série de serviços que possam atendê-las quanto as suas necessidades de direito e proteção. Os governos estaduais e municipais, além de outras instituições da sociedade civil, também prestam serviços à mulher por meio de diversos órgãos. Nas abordagens feitas sobre essa problemática na escola, o número 180 foi bem divulgado. Este é o número do telefone da Central de Atendimento à Mulher e deve ser usado para fazer denúncias sobre abusos e violências. Merece destaque ainda outros serviços como: Atendimento Jurídico à Mulher; Casas Abrigo; Centros de Referência à Mulher; Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher; Defensoria Pública; Delegacias e Postos de Atendimento à Mulher; Delegacias Regionais do Trabalho/Núcleo de Combate à Discriminação no Trabalho; Organizações e Serviços de Atendimento às Mulheres Negras; Serviço às Vítimas de Tráfico de Pessoas; Serviço de Atendimento às Mulheres Lésbicas; Serviço de Referência em Saúde para a Mulher; Serviços de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual. Vários desses órgãos podem ser encontrados na região do Seridó potiguar e quando não existe um que atenda especificamente determinada demanda, os serviços não deixam de ser prestados, pois são oferecidos por outro órgão.

O trabalho em sala de aula

Para trabalhar o enfrentamento da violência contra a mulher no Rio Grande do Norte a Escola criou o Projeto de Proteção e Valorização da Mulher. Seu objetivo era problematizar o papel da mulher e o seu lugar na sociedade, enfatizando o absoluto repúdio às atitudes machistas, preconceituosas e discriminatórias, somado a todo e qualquer ato de violência cometido na sociedade, em especial, contra as mulheres.

Imagem XX: gráficos produzidos pelos educandos com a orientação dos educadores.



Fonte: acerto pessoal dos autores.

Diversas estatísticas, amplamente divulgadas, apontam que a violência homicida

contra a mulher no Rio Grande do Norte ainda encontra suas causas no machismo e na desigualdade entre os gêneros. Neste sentido, é preciso unir esforços para acabar com a violência contra as mulheres no nosso Estado e no país, pois não se justifica o tratamento que elas recebem, seja no que tange à diferença salarial em comparação ao homem ou a igualdade étnica. Neste sentido, o trabalho da escola pode ser da maior relevância para o enfrentamento da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres, porque soma aos diversos movimentos articuladores que existem em prol delas, dos seus direitos.

O cronograma de trabalho envolveu uma série de atividades na escola que foram realizadas ao longo dos meses de abril, maio e junho de 2017. Foram abordadas questões sobre gênero e sexualidade; organização familiar; trabalho e renda: participação feminina na sociedade; sexualidade na adolescência; produção de panfleto; Lei Maria da Penha; construção de gráficos, baseados nas estatísticas de violência contra a mulher; crimes passionais – feminicídio; exposição de trabalhos artísticos – visual, musical e cênico; a inserção da mulher no esporte: dificuldades, violências e conquistas; entre outras atividades.

A culminância do Projeto aconteceu ao longo do dia 7 de junho de 2017 e contou com a participação da comunidade, em meio a uma intensa programação. O destaque recaiu sobre as palestras da freira Irmã Rosa Maria, que abordou o tema “A mulher e a vida espiritual”, bem como da juíza Dr.^a Tânia Villaça, que discorreu sobre “A violência contra a mulher na contemporaneidade”. Diversas apresentações culturais foram realizadas no campo da literatura; da música; da dança; do teatro; e das artes visuais. Rodas de conversas foram promovidas com os educandos em vários momentos do dia, enquanto outras foram destinadas as mães, pais e responsáveis.

As ações foram estendidas às ruas com uma caminhada pelo Bairro Paraíba, contando com a participação de toda comunidade escolar (pais, educandos, educadores e funcionários, além da equipe gestora e pedagógica). Esta caminhada foi acompanhada por um carro de som e alguns educandos portaram cartazes, enquanto outros fizeram panfletagem alertando sobre o tema.

Dentro da programação foi realizada uma Mostra Didática com trabalhos dos educandos dos 9º anos, cujo tema foi *Instalação: marcas no corpo e na alma*. Esta Mostra seguiu preceitos da arte contemporânea, com destaque para o estudo do espaço, da instalação, da performance e de procedimentos artísticos. O professor do componente curricular Arte trabalhou com os educandos o tema da violência que está para além da agressão física. Para tanto, abordou questões relacionadas à violência sexual, patrimonial, moral e psicológica.

Imagem XX: painel com apropriação de imagem e intervenção com luzes de LED - Light emitter

diode. **Imagem XX:** educanda em momento performático.



Fonte: acervo pessoal dos autores.

A avaliação do Projeto demonstrou-se satisfatória. Esta aconteceu durante todo o tempo de sua execução por meio de relatos e observações feitas pelos participantes nas rodas de conversas. Também foi observado o alto envolvimento dos educandos nas atividades, além do desenvolvimento da empatia e dos bons hábitos, no que se refere ao respeito e a convivência, principalmente com relação às mulheres. Desta maneira, acreditamos que alertamos para o enfrentamento da violência sofrida pelas mulheres no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Norte.

Considerações finais

A violência contra a mulher sinaliza para o agravamento da crise social existente hoje no Brasil e muito preocupa a situação vivenciada pelas mulheres do Rio Grande do Norte, pois o nosso Estado é protagonista de números assustadores quando de trata de estatísticas dessa natureza. Apesar dos avanços alcançados com a elaboração e implantação da Lei Maria da Penha, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) soma mais de quinze (15) mil processos judiciais relacionados a crimes contra a mulher, sendo este o quinto Estado da Federação que apresenta os maiores índices de violência doméstica do país.

A escola tem o papel de contribuir para a conquista da autonomia do educando e, conseqüentemente, da comunidade em que ele se encontra inserido. Na pluralidade cultural a escola vai se fortalecendo enquanto instituição formadora. Sua relação com as questões emergentes da sociedade apontam para o enfrentamento de problemas que afetam o nosso educando. Estes são discutidos e trabalhados por meio de ações internas e, em última instância, se recorre a profissionais específicos que atuam na sociedade.

O Projeto de Proteção e Valorização da Mulher realizado pela Escola Estadual Monsenhor Walfredo Gurgel de Caicó foi uma medida que se configurou como um trabalho preventivo, no sentido de atuar para tentar interferir positivamente na cultura social em

relação ao mau tratamento destinado às mulheres da nossa comunidade. Se por um lado o Projeto trabalhou para esclarecer as mulheres de seus direitos, por outro abordou questões pertinente à conscientização dos homens no que tange ao tratamento adequado destinado à mulher. Entretanto, é oportuno pensar que o enfrentamento desta problemática deve ser de toda a sociedade, contando com órgãos públicos como a Delegacia da Mulher, a Procuradoria da Mulher, a Defensoria Pública, a Secretaria da Mulher, entre outros. Por fim, salientamos que os crimes praticados contra a mulher no Rio Grande do Norte estão relacionados à violência doméstica, a estupro, à violência sexual, a assédio sexual e a lesões corporais.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. São Paulo, Perspectiva, 2009.

BRASIL, Constituição Federal. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340/2006. Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em 03/06/2017.

_____. Panorama da violência contra as mulheres. **Indicadores nacionais e estaduais**. Observatório da Mulher contra a Violência. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf> Acesso em 03/06/2017.

COSTA, José Antônio. **O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências**. Revista *Millenium, online*, nº 15, Portugal, 1999. Disponível em: http://www.ipv.pt/millenium/15_pers3.htm Acesso em 03/06/2017.

DUARTE JUNIOR, João-Francisco. **O Sentido dos sentidos**. A educação (do) sensível. Curitiba: Criar, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=240570>. Acesso em: 15 set. 2016.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NÓVOA, António. O Passado e o presente dos professores. *In: Profissão Professor*. Porto-Portugal: Porto Editora, 1999.

VENTURI, Toni. **Paulo Freire Contemporâneo**. Documentário. Direção: Toni Venturi (Brasil, 2006, 55 min.).